

PENSAMENTOS SOBRE TEORIA, HISTÓRIA E VERDADE: REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO INDEPENDENTISTA AMERICANO

THOUGHTS ON THEORY, HISTORY, AND TRUTH: REFLECTIONS ON THE HISTORIOGRAPHY OF THE AMERICAN INDEPENDENCE PERIOD

Eduardo SARTORETTO*

Resumo: O presente artigo é uma reflexão acerca do papel do historiador na construção da narrativa histórica. Levando em consideração a máxima de que a pesquisa e a produção historiográfica devem estar comprometidas com a divulgação da verdade, buscamos discutir e compreender de que modo se manifesta esse compromisso na historiografia. Para tanto, inicialmente, nos utilizamos das discussões e ideias levantadas pelos autores Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen José Carlos Reis, e Reinhart Koselleck, a fim de identificarmos alguns elementos necessários para o surgimento de verdades históricas. Posteriormente, analisamos a incidência desses elementos e as verdades construídas, ao longo do tempo, nas produções sobre o período independentista ibero-americano. Por último, reservamos um espaço para respondermos algumas questões norteadoras de nosso trabalho.

Palavras-chave: sentido, significado, verdade representativa, papel do historiador, historiografia ibero-americana.

Abstract: The present article is a reflection about the role of the historian in the construction of historical narrative. Taking into account the maxim that historiographical research and production must be committed to the disclosure of truth, we seek to discuss and understand how this commitment is manifested in historiography. To this end, initially, we use the discussions and ideas raised by Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen José Carlos Reis, and Reinhart Koselleck, in order to identify some elements necessary for the emergence of historical truths. Afterwards, we analyze the incidence of these elements and the truths constructed, over time, in productions about the Iberian-American independence period. Finally, we reserve a space to answer some guiding questions of our work.

Keywords: sense, meaning, representative truth, role of the historian, Ibero-American historiography.

Introdução

O que é o passado? O que é o presente? É possível afirmar que o que passou permanece no passado? E é possível dizer que o presente influencia, ou mesmo determina, a visão sobre o estudo do passado? Por último, mas não menos importante, qual é o nosso papel, enquanto historiadores, na construção da cientificidade desse

* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS - Brasil. E-mail: sartorettoeduardo@gmail.com.

passado? Essas são algumas questões que guiarão nossa discussão na busca por uma compreensão acerca do papel da escrita historiográfica para o entendimento do período das independências ibero-americanas do século XIX.

Na reflexão aqui pretendida, trabalharemos a partir da ideia da existência de uma ligação e comprometimento do ofício do historiador para com a verdade. Sabendo, entretanto, que na historiografia inexistente uma verdade absoluta, guiaremos nosso olhar baseados nas discussões sobre sentido, significado, apresentação e verdade representativa da história, levantadas por alguns teóricos e filósofos da história como Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck. Partimos dessa máxima para uma discussão mais ampla, a fim de compreender de que maneira se deu esse comprometimento e quais foram as verdades construídas, ao longo dos anos, dentro dos estudos sobre Ibero-américa. Além dos autores já citados, buscaremos apoio também nas discussões reflexivas realizadas pelo historiador brasileiro José Carlos Reis, acerca dos desafios da historiografia e do historiador. Acreditamos que as ideias expostas por esses autores possam auxiliar-nos a explicar melhor nossas preocupações e considerações acerca da ideia de verdade.

Para tanto, dividiremos nossa discussão em duas partes. Em um primeiro momento, buscaremos realizar uma breve elucidação das bases teóricas aqui utilizadas, a fim de aclarar nossa compreensão sobre a História, enquanto ciência e teoria. Em seguida, partiremos para a discussão da teoria aplicada à produção historiográfica da Ibero-américa. Nesse momento, por meio de uma análise retroativa da historiografia, verificaremos como se deu a construção e reformulação da verdade histórica, com o passar do tempo, bem como quais foram as influências internas e externas que seus profissionais sofreram e o peso delas em seu trabalho. Por fim, reservaremos o final do texto para as questões elencadas anteriormente.

Desafios do historiador: História, teoria e verdades

Em seu trabalho, *O desafio historiográfico*, o pesquisador brasileiro José Carlos Reis manifesta sua preocupação acerca do ofício do historiador, através de uma discussão permeada por questionamentos céticos, de grupos alheios à área. Sua intenção, no entanto, não é questionar a legitimidade da produção historiográfica, muito menos buscar respostas para as perguntas feitas, mas auxiliar nas discussões teórico-metodológicas, ao pensar e refletir a própria história e historiografia. Segundo o professor,

Para nós “pensar” não se restringe a encontrar respostas. O pensamento não quer resolver o mundo, mas torná-lo vertiginosamente enigmático. Ele não deseja dissolvê-lo, mas mantê-lo como problema. “Pensar bem” é construir e explorar aporias, impasses, dilemas. É tornar complexo o que parece simples ou dado. Não é cortar o nó górdio com a espada, de forma impaciente, autoritária e violenta, mas desatá-lo serenamente, fazendo a sua teoria. “Pensar”, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las. Depois procurar articular um discurso sobre esse objeto em linguagem clara e comunicável, debatendo-o publicamente, iluminando-o sob diversos ângulos, percebendo-o em suas mudanças no tempo. Para ver esse objeto tornar-se um enigma ainda maior! (REIS, 2010, p. 12)

Seguindo a lógica do autor, pensar, portanto, não só é conveniente, mas é necessário para compreendermos o homem em sua contemporaneidade. Suas necessidades, experiências e escolhas guiam suas ações e suas buscas em relação ao objeto analisado. Essa constatação nos leva a uma discussão sobre a relação existente entre o ser e a história, e as possibilidades que surgem daí. Indo ao encontro de nossa preocupação e promovendo uma reflexão aos moldes da ideia exposta por Reis, o historiador alemão Reinhart Koselleck se propõe a pensar a história, enquanto teoria, a partir das experiências do Ser.

Em seu texto *Teoria da História e Hermenêutica*, Koselleck busca mapear algumas condições para a existência de uma teoria da história, a fim de identificar as possibilidades extra e pré-linguísticas dessa teoria. Para tanto, ele utiliza como base de análise o esboço ontológico da analítica existencial da finitude do *Dasein*, elaborado pelo filósofo alemão Martin Heidegger, em sua obra *O Ser e o Tempo*. A analítica desenvolvida por Heidegger consiste na delimitação do espaço temporal da figura do *Dasein*, marcada pelo nascimento e pela morte do mesmo. Assim, a estrutura básica da figura elencada pelo filósofo, “decorre da experiência inultrapassável de finitude que só pode ser vivenciada pela antevisão da morte” (KOSELLECK, 2014, p. 93). Koselleck parte dessa finitude do Ser – baseada nos conceitos antitéticos de Heidegger “o ‘ser-arremessado’ [*Geworfenheit*] (em termos empíricos, o nascimento) e a ‘antecipação da morte’ [*Vorlaufen zum Tode*] (em termos empíricos, a inevitabilidade da morte)” –, para compreender as temporalidades da história. Para ele, “As temporalidades da história são constituídas, desde sempre, pelas relações humanas. Sempre se trata da simultaneidade do não contemporâneo, de relações de diferença que contêm sua própria finitude, a qual não pode ser reduzida a uma ‘existência’ particular” (KOSELLECK, 2014, p. 94).

A partir dessas temporalidades e dos conceitos elencados por Heidegger, o autor elabora cinco pares antitéticos, ampliando seu espaço de análise, sem que, no entanto, a essência do conflito principal seja perdida: “poder matar” e “dever morrer”; “amigo” e “inimigo”; “exterior” e “interior”; “geratividade” e “finitude”; e “servo” e “senhor”. Cada um dos pares elencados caracteriza-se como uma representação das estruturas que viabilizam a compreensão da finitude do Ser. A antecipação da morte e a necessidade de sobrevivência, para o autor, seriam as ideias chaves para se pensar o objeto da história, isso porque, ao excluírem-se mutuamente, os pares antitéticos promovem tensões temporais entre as entidades políticas e sociais, tanto interna, quanto externamente; e essas tensões, por sua vez, permitem a incidência da história. “Amigo e inimigo, pais e filhos, sequências geracionais, antes e depois, as tensões entre acima e abaixo ou entre interno e externo, entre secreto e público – todos esses pares são constitutivos da formação, do desenvolvimento e da eficácia das histórias.” (KOSELLECK, 2014, p. 102)

Indo um pouco mais além na discussão a respeito da compreensão do ser, o historiador e filósofo da história alemão Jörn Rüsen, entende que a experiência humana está pautada na ideia de evolução. Em uma tentativa de pensar a possibilidade da existência de uma filosofia da história atrelada à antropologia o autor faz algumas constatações a respeito da experiência do ser no tempo. O historiador entende o campo da experiência histórica do ser em três momentos que se complementam: a) *a mobilidade temporal da dinâmica do mundo próprio à vida humana*. Nesse tópico, o autor abrange a necessidade da identificação das forças dinâmicas que mantém o mundo em movimento, pela ação humana. Ou seja, se trata “do entendimento de que o mundo é mutável, por princípio, e também de que aparece ao homem como tal.” b) *a temporalidade como fonte principal de significância*. Nesse tópico, apoiando-se nas ideias do historiador da cultura Jacob Buckhardt, Rüsen compreende que “Tempo e sentido do mundo humano devem ser considerados em conjunto”, ou seja, o entendimento da teoria da história só é possível se considerada a aplicação humana de sentido à sua temporalidade e vida. Entretanto, para a existência de tal, deve-se considerar o sofrimento enquanto característica da vida humana, capaz de possibilitar as mudanças no mundo e a busca pelo estabelecimento de sentido a partir delas. c) *a fonte de sentido da temporalidade como fator do pensamento histórico*. Nesse último tópico, o autor aponta para o fato de somente quando provocada pelo sentido, a mudança torna-se pensável historicamente. “A categoria essencial para tanto é a de evolução” (RÜSEN, 2015, pp. 117-30).

Considerando, portanto, as colocações de ambos autores, podemos constatar que a evolução, apontada por Rösen, só se concretiza a partir da conscientização do Ser acerca de suas necessidades, bem como da procura por supri-las e atribuí-las de sentido. Essa conscientização e busca de sentido, no entanto, só existe a partir das tensões próprias da vida e da noção de finitude dela. O sentido, portanto, é a força motriz da vida.

Para os críticos da historiografia, no entanto, o trabalho do historiador caracteriza-se como um conhecimento indireto. Ignorando a ideia da busca pelo sentido nos trabalhos historiográficos, o, assim chamado por Reis, *pirronismo histórico* entende que a produção historiográfica se caracteriza como um discurso falacioso; isso porque baseia-se em testemunhos suspeitos, de pessoas contemporâneas ao período, que ignoravam o todo, utilizando-se da língua do seu objeto para construir uma narrativa, atribuindo significados e/ou ressignificando termos e palavras, na busca por conceitos, cuja sustentação está sempre em jogo, dadas as releituras sobre o mesmo objeto (REIS, 2010, p. 14).

Reis ainda afirma que há quem entenda a produção histórica enquanto um conhecimento pós-gnóstico, que não prevê o futuro, mas parte dos acontecimentos para compreender suas origens que, sendo fruto de questionamentos da contemporaneidade do pesquisador, tem pelo menos duas consequências: o anacronismo histórico, visto que desconsidera a ignorância de futuro dos grupos envolvidos nesses acontecimentos; e a instabilidade teórica, uma vez que esses estudos e esse passado são constantemente revisitados e reformulados. Como último argumento do *pirronismo histórico*, o autor aponta para o fato de que enquanto conhecimento das mudanças do homem no tempo, a historiografia é uma construção fantasmagórica, por não saber de fato sobre seu objeto, uma vez que está limitado ao que conhece sobre, não ao todo (REIS, 2010, pp. 13-17).

Sobre essas colocações, podemos invocar a discussão proposta pelo filósofo e historiador neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit a respeito de verdade, representação e significado, em seu livro *Meaning, Truth and Reference*. Diferentemente do apontado pelos críticos da historiografia, o autor não enxerga como negativo o fato de não se abranger o todo de um objeto analisado. Em uma busca pela definição de significado, enquanto determinante da verdade, debatendo algumas ideias propostas por alguns filósofos e historiadores acerca do assunto¹, Ankersmit adota como ponto de partida a teoria de interligação dos signos, elaborada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure, para pensar o significado representativo histórico. Segundo a teoria de Saussure, os signos não podem ser definidos individualmente, mas se definem mutuamente, ou seja,

o significado de uma palavra está atrelado ao significado de outra palavra, ou à capacidade de se elaborarem sinônimos para designar uma mesma coisa (ANKERSMIT, 2012, p. 142. Tradução nossa). Assim também seria com os significados da história, ou seja, “o significado é ele próprio o lugar do nascimento do significado” (ANKERSMIT, 2012, p. 143. Tradução nossa). Nesse sentido, a produção historiográfica multifacetada e incapaz de abranger o todo, permitiria uma ampliação da significação de um determinado assunto, ou texto, conforme aponta Ankersmit:

Pode-se dizer, porém, que cada texto histórico sobre o Renascimento é uma tentativa – ou melhor, uma proposta – de fixar a referência da palavra. Mas então outro historiador escreverá outro texto sobre o Renascimento com uma proposta diferente para fixar a referência. É uma ilusão que algum dia um historiador escreva um texto sobre o Renascimento, fixando a referência dessa palavra aceitável para todos os historiadores contemporâneos e futuros. Isso significaria o fim do debate sobre o Renascimento; e como todos os que estão familiarizados com a prática da escrita histórica saberão, esses debates nunca terminam e não devem terminar. Assim, pode-se perguntar a si mesmo, se nenhum historiador conseguirá fixar a referência da palavra "Renascimento", o que os leva a continuar um debate sem esperança, condenado anteriormente a permanecer inconclusivo para sempre? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada na última frase da passagem de Saussure citada acima – ou seja, que enriquece nossa compreensão do passado e que é por isso que os historiadores propõem noções como o Renascimento e continuam discutindo-as *ad infinitum* e por que essa é uma empresa mais racional e valiosa. (ANKERSMIT, 2012, p. 145. Tradução nossa)²

Se associarmos, portanto, a sobreposição de significados proposta por Saussure e adaptada por Ankersmit, às ideias das noções de finitude do *Dasein* e da busca por uma atribuição de sentido às experiências do Ser, elaboradas por Heidegger, Koselleck e Rüsén, teremos, enfim, o seguinte panorama: a produção historiográfica, que decorre de tensões próprias da vida contemporânea, nada mais é do que uma tentativa de compreensão e atribuição de sentido às necessidades próprias do historiador, enquanto sujeito social, definido no tempo, espaço e em relação a grupos sociais definíveis. As noções acerca da finitude da vida proporcionam a resignificação do conhecimento histórico, que está sempre em concordância com o momento vivenciado pelo Ser. De certo modo, essa constatação vai ao encontro da argumentação proposta por José Carlos Reis, no fim do capítulo aqui citado.

Em uma tentativa de resolução dos impasses apontados ao longo do capítulo, Reis realiza uma análise da história da historiografia. Para o autor, ao longo de 2500 anos, a história e o ato de contar a história passaram por inúmeras mudanças

metodológicas, uma vez que o conhecimento sempre esteve atrelado às necessidades das sociedades contemporâneas. Assim,

A identidade do conhecimento histórico dependeu, portanto, das alianças que a história estabeleceu ao longo dos séculos. O seu realinhamento permanente com os conhecimentos dominantes do momento a tornaram epistemologicamente muito instável. Seus objetos nunca são os mesmos, o que se espera do historiador nunca é o mesmo, a tal ponto que a proposta de uma “metodologia da história” única, de um mesmo caminho seguro e controlável, seria absurda. (REIS, 2010, p. 24)

A característica instabilidade metodológica apontada pelo autor, no entanto, resguarda em si uma outra característica, positiva, da historiografia que a diferencia das demais formas de conhecimento, e de certa forma a isola: a busca pela desmistificação do mito. Isso porque, enquanto as outras áreas do conhecimento “procuram uma verdade fora do tempo, protegem seus resultados com enorme cuidado”, através da construção e proteção de mitos, a história e o historiador fazem o caminho inverso, ao pulverizarem, dissolverem, desintegrarem, múltiplas vezes suas verdades incompatíveis. A história, então, “revela aos outros saberes, que por isso não apreciam sua companhia, o seu passado, mostrando-lhes o que eles fazem questão de esquecer: que mudaram, que nunca foram os mesmos e sempre estiveram envolvidos com verdades absolutas diferentes, que também traíram os pais e fizeram alianças que lhes garantiram a sobrevivência.” (REIS, 2010, p. 25). E por fazer isso, também, consigo mesma, a historiografia entende que

O historiador não está condenado a registrar fatos, a constatá-los. Ele raciocina sobre eles, busca sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos. Afinal, pensar não é registrar, mas considerar caminhos possíveis, alternativas. A crítica erudita, a ‘apuração e o estabelecimento de fatos são condições necessárias, mas não suficientes, para uma ciência histórica. É preciso construir um juízo histórico, atribuir sentido aos fatos. (REIS, 2010, p. 26)

Essa afirmação, além de atestar os apontamentos até aqui realizados, nos leva, finalmente, ao conceito de verdade que elencamos para analisar nosso objeto. Voltemos, portanto, para as discussões propostas por Franklin Rudolf Ankersmit. Ainda se tratando do trabalho realizado em *Meaning, Truth and Reference*, porém em um outro momento, Ankersmit nos introduz a dois conceitos de verdade. Em primeiro lugar, e mais superficialmente, conhecemos a ideia de verdade proposicional, que consiste na proposta de verdade a partir da interpretação textual. Esse conceito é apontado pelo

autor como sendo utilizado pelos teóricos da virada linguística. Diferentemente do conceito de verdade proposicional, a tese sobre a verdade representativa, que o autor desenvolve ao longo do texto, está relacionada à representação e apresentação do mundo. Representações, segundo o autor, são aspectos do mundo que, apesar de não apresentarem a verdade como um todo, representam parte dessa verdade; enquanto isso, a apresentação diz respeito ao modo como essas representações são concebidas, ou seja, o conjunto de elementos que as definem e as distinguem umas das outras. Nesse sentido, esse tipo de verdade seria melhor definido “como o que o mundo, ou seus objetos, nos revelam em termos de aspectos” (ANKERSMIT, 2012, pp. 102-08. Tradução nossa).

Ankersmit entende que a representação se caracteriza como um limiar para dizer certas coisas do mundo, sem realmente dizê-las, ou seja, ela aborda o mundo em termos de proximidade. “Assim, ela engloba ou encerra, em si mesma, o que pode ser dito sobre o mundo em termos de afirmações verdadeiras e, portanto, pode-se dizer que nos apegamos a um ‘mais profundo’ ou ‘quase-metafísico’ [...] nível do mundo do que aquilo que pode ser capturado pela afirmação verdadeira.” (ANKERSMIT, 2012, p. 109. Tradução nossa). Portanto, ao comparar os tipos de verdade, o autor entende que

No caso da verdade proposicional, temos um objeto no mundo e podemos então investigar suas propriedades. E qualquer resposta que o mundo dê à nossa pergunta dependerá da natureza dessa pergunta. A pergunta do sujeito é respondida da mesma maneira sem cérebro em que uma caixa automática conta para você a quantidade de dinheiro que você pediu. [...]. Mas, o que o mundo revela de si mesmo em termos de apresentações ou aspectos não pode ser encaixado na estrutura desse modelo de perguntas e respostas. Uma representação não é uma questão, e sua apresentação não é a resposta para uma pergunta: precisamos do primeiro apenas para que o passado apareça para nós em termos de um aspecto dele. (ANKERSMIT, 2012, p. 109. Tradução nossa)³

Assim, “a verdade proposicional não é reveladora no sentido adequado da palavra, enquanto podemos dizer significativamente que na representação o mundo se revela para nós. Isso, então, é o que podemos chamar de verdade representativa (histórica)” (ANKERSMIT, 2012, p. 110. Tradução nossa). Utilizando-se, então, da noção de verdade desenvolvida por Heidegger, a *aletheia*⁴, o historiador entende que “a verdade representativa é uma revelação da realidade. Não a linguagem, mas a própria realidade acende aqui a luz da verdade, embora essa autorrevelação da realidade só possa ser alcançada através da representação.” Portanto, “a verdade na representação pode ser vista como um reflexo da luz irradiada sobre ela por representações; e

construímos representações por nenhuma outra razão a não ser alcançar esse efeito de uma reflexão pela realidade (passada)” (ANKERSMIT, 2012, p. 110. Tradução nossa).

Nesse sentido, Ankersmit afirma que

[...] a luz da verdade narrativa histórica é produzida por representações históricas cuidadosamente construídas e intensamente discutidas do passado. O mito do gênio romântico é substituído aqui pela racionalidade do debate histórico. E, embora possamos ficar fascinados pela maneira como o historiador continua a tradição do gênio poético, temos ainda mais e melhores razões para nos fascinarmos com essas reflexões lançadas de volta para nós pelo passado, graças à luz que é lançada sobre o representado pelas representações do historiador. (ANKERSMIT, 2012, p. 113. Tradução nossa)⁵

Portanto, “enquanto a *αλήθεια* (aletheia) de Heidegger parece nos levar além da racionalidade científica e disciplinar para o domínio do ditador heideggeriano e do hocus-pocus filosófico, a verdade histórica está firmemente ligada à prática e à racionalidade da discussão histórica.” Assim, então, a “verdade representativa, o tipo de verdade incorporada em uma representação apresentada, não nos leva ao domínio do mito e da especulação irresponsável e arbitrária” (ANKERSMIT, 2012, p. 113. Tradução nossa). O autor, então, entende que “a prática da história, a discussão histórica progride para a satisfação tanto dos próprios historiadores quanto de seu público, e os triunfos da escrita histórica contemporânea não são menos impressionantes do que os das ciências.” Assim, para Ankersmit os “filósofos da história, portanto, não têm razão para duvidar que os historiadores alcancem a verdade histórica. Pelo contrário, a representação histórica apresenta aos filósofos uma nova concepção fascinante de verdade e com uma variante ainda amplamente inexplorada de racionalidade disciplinar” (ANKERSMIT, 2012, p. 113-14. Tradução nossa).

Ainda nesse texto, buscando um distanciamento maior entre sua teoria e a teoria levantada pela virada linguística, proposta pelo filósofo Willard van Orman Quine (ANKERSMIT, 2012, p. 114-15)⁶, Ankersmit entende que, para as humanidades, a linguagem é o instrumento de construção do mundo. Assim, a interpretação não é só a sujeição do significado, mas também do próprio mundo. Todavia, “o significado determinará a verdade, no sentido de implicar suas próprias condições de verdade; será então quase impossível desembaraçar o eixo vertical e horizontal um do outro” (ANKERSMIT, 2012, p. 117. Tradução nossa)⁷. Nesse sentido, conforme afirma Ankersmit, a virada linguística se aproxima da representação na medida em que sua forma de manifestação, a linguagem, possui certa autonomia em relação ao mundo, algo

que não é equivalente para o empirismo. Portanto, “a linguagem, se usada, privilegia o significado sobre a verdade para que a verdade siga o significado em vez do inverso.” Na representação histórica a verdade, por sua vez, tem sua origem no significado. Dessa forma, “a representação vai contra as intuições empiristas tradicionais sobre a correspondência entre linguagem e fato não menos do que a alegação de Quine de que ‘a linguagem paira vagamente sobre o mundo’ ANKERSMIT, 2012, p. 117. Tradução nossa). Assim, portanto,

A verdade como revelação situa a verdade no próprio passado – mais especificamente, em um aspecto do passado que é destacado por uma representação. Não só é assim que a ponte é construída entre a linguagem e o mundo de acordo com todas as intuições empiristas honradas pelo tempo – impedindo que a representação histórica se perca na especulação ociosa –, mas também implica que é tarefa do historiador descobrir quais aspectos do passado serão mais propícios do que outros à nossa compreensão do passado. E esta atribuição está tanto de acordo com todas as nossas intuições sobre a escrita histórica quanto viável. (ANKERSMIT, 2012, p. 118. Tradução nossa)⁸

Novamente, e portanto, fica claro para nós que o que dita as regras, em termos de verdade, é a busca e atribuição de sentido às experiências humanas. A existência de uma verdade intrínseca ao passado, evidenciada através das representações históricas só pode ser contemplada por meio das apresentações dessas representações. Essas apresentações, no entanto, compreendemos, são realizadas a partir de escolhas do próprio historiador. Portanto, o sentido de um texto, ou sua apresentação, é fruto de um período específico com problemas próprios, cujas verdades atribuídas são manifestadas através dos fragmentos do todo. Tais verdades, no entanto, só podem ser compreendidas, segundo Ankersmit, se levado em conta o significado próprio do texto, que se origina dentro do próprio significado. Sendo assim, a constante ressignificação e mudança de sentido, proporciona uma redefinição e complementação das propostas de verdade presentes nos trabalhos historiográficos. Vejamos, agora, se essa ideia se aplica aos estudos ibero-americanistas sobre o período independentista do século XIX.

Revolução e independências: apontamentos sobre verdade

Caracterizado pela crise do Antigo Regime e dos Impérios Ibéricos⁹, o período compreendido entre o fim do século XVIII e início do século XIX foi, certamente, um momento de grande animosidade e beligerância da história da América. Isso porque o clima de instabilidade política, originado pela deterioração das relações entre

monarquias e colônias – fruto, inicialmente, do descaso das primeiras em relação às segundas (DONGHI, 1985, 18-19) e, posteriormente, do descontentamento dos colonos com relação a medidas tomadas e episódios ocorridos nas metrópoles (DONGHI, 1985, 17; 74; PIMENTA, 2005, p. 03-05; *Ibidem*, 2006, p. 75)¹⁰ –, deu origem a inúmeros movimentos políticos, liderados, principalmente, pelas elites coloniais locais, que culminaram em conflitos armados, rompimento em relação ao alinhamento político e processos de independências das colônias em relação às suas Coroas.

Para os autores Manuel Chust e Ivana Frasquet, os processos independentistas ibero-americano estão entre um dos temas mais importantes da história universal contemporânea, tanto que não raramente aparecem produções que abordam a temática como limite, tanto temporal quanto espacial. Essa popularidade pode ser interpretada como fruto de uma proximidade tanto temporal, quanto sentimental e de relevância dos fatos para a configuração social atual (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 17-18).

Devido à importância desses processos, a produção em torno da temática compõe um vasto acervo de ideias e abordagens sobre o período. Assim, também a historiografia ibero-americana, como parte dessa produção, é diversificada nesses quesitos. Com discussões historiográficas e proposições de verdades diversificadas, a transição de um modelo historiográfico para outro pode ser verificada década após década, ao longo desses duzentos anos que se passaram desde os eventos analisados, através de alguns estudos realizados pelos historiadores supramencionados. Baseando-se nos estudos de Chust e Frasquet, contrastados com as análises feitas por Liz Andréa Dalfré, Maria Elisa Noronha de Sá Mäder e Maria de Fátima Silva Gouvêa, e para fins de facilitar a compreensão, optamos pela divisão desses modelos em três fases distintas e complementares, visando, assim, um melhor desenvolvimento explicativo acerca do pensamento histórico sobre o período dos movimentos de independência.

A primeira fase proposta, pode ser dividida em dois momentos: o período positivista nacionalista e o período marxista. O positivismo aplicado à construção de uma história nacional marcou época e pode ser visualizado em muitas obras produzidas entre o fim do século XIX e o início da década de 1960. A principal característica desse momento é o consenso historiográfico em torno de um discurso de cunho ideológico, nacionalista e de um positivismo histórico, que visava a história dos grandes feitos e a criação do mito salvador da pátria, construindo e exaltando grandes figuras históricas (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18; DALFRÉ, 2011, p. 01-02; GOUVÊA, 1997, p. 276; MÄDER, 2008, p. 230). Por acentuar a dicotomia entre o nós e o eles, a historiografia dessa época foi muito utilizada como instrumento político, pelos próprios

Estados, “O propósito, entre outros, era homogeneizar uma história que unisse sociedades altamente diferenciadas étnica e socioeconomicamente, assim como com amplos contrastes regionais. E uni-los em uma identidade nacional que lhes fizesse iguais, ‘orgulhosamente’ iguais, ainda que fossem realmente desiguais, em especial, economicamente. (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18. Tradução nossa).

O segundo momento dessa primeira fase, inicia-se logo em seguida, nos anos 1960. Nesse período, o surgimento de novas correntes historiográficas e de uma nova geração de historiadores ibero-americanistas (tanto de dentro quanto de fora da América Latina), bem como a ampliação do acesso e do acervo de fontes documentais, o enfraquecimento da crença institucional, em detrimento do emprego de uma maior criticidade metodológica, e a presença da interdisciplinaridade nas pesquisas históricas (através de alunos das diversas ciências sociais) permitiram à historiografia um enfoque muito mais objetivo e menos apaixonado. Além disso, fatores como o fim da Segunda Guerra Mundial, a descolonização proveniente do fim desta e o êxito da Revolução Cubana (como um modelo de revolução armada e de mudança estrutural) levaram cientistas sociais e econômicos a se debruçarem sobre o colonialismo e os processos de libertação, a fim de compreender as origens do capitalismo (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18-20; MÄDER, 2008, p. 233-234).

Durante esse período, “Houve uma proliferação de trabalhos de caráter marxista que entendiam as independências como um processo revolucionário liberal e burguês, conduzido pela burguesia crioula”, fato que contribuiu para que tanto neste caso como na historiografia nacionalista e liberal, do momento imediatamente anterior, houvesse um discurso hegemônico, com o objetivo de unificação da história das sociedades ibero-americanas, profundamente diversificadas étnica e socioeconomicamente. (DALFRÉ, 2011, p. 03)

Nesse sentido, apesar dos questionamentos com relação à historiografia até então vigente, “o uso, e inclusive o abuso, de conceitos como revolução, dependência, grupos com interesses conflitantes, classes sociais, grupos e frações de classe, etc.” e o excesso teórico e linear da historiografia, permitiram a manutenção da dicotomia (agora assinalada “liberalismo” versus “revoluções”) característica do passado, uma vez que não considerava-se os movimentos independentistas como revoluções no sentido marxiano da palavra (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 20. Tradução nossa).

A segunda fase de modelos historiográficos ibero-americanistas ocorre a partir da década de 1970. Durante esse período, outras vertentes investigativas entraram em cena, auxiliando na impulsão de novas visões e abordagens sobre o período

independentista da América. O surgimento de uma análise regional e de um enfoque maior nos aportes da história social, aliados aos questionamentos sobre a inevitabilidade das independências, ponto principal da história nacional, e ao debate sobre o desempenho das análises econômicas, enriqueceram os trabalhos sobre a temática, permitindo a desconstrução das ideias de linearidade, de dicotomia e de homogeneidade social e política, até então existentes (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 20-22; DALFRÉ, 2011, 03-04; GOUVÊA, 1997, p. 278-282; MÄDER, 2008, p. 234-237).

Assim, do consenso se passou ao dissenso, da unidade à diversidade. E neste ponto acabou-se incorporando à história nacional os estudos regionais, que enriqueceram o processo. E o não coincidente com a centralidade não foi ocluído ou descartado, mas, ao incorporá-lo, complexificou a explicação unicausal e iluminou determinados comportamentos políticos de outras frações do criolismo, de comunidades indígenas, mestiças ou negras. Assim, a diversidade regional contribuiu, irremediavelmente, para dotar as histórias e os temas históricos de uma complexidade étnica e racial mais própria da América. (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 21. Tradução nossa)¹¹

A década imediatamente posterior também contribuiu para a desconstrução da dicotomia tradicional, apresentando teorias em torno do *liberalismo gaditano*¹². Segundo apontam os autores, os pesquisadores se voltaram para os acontecimentos em Cádiz, onde as Juntas Governativas têm sua origem, a fim de estudar a influência dos cidadãos dessa cidade nos movimentos independentistas. Durante esse período, concluiu-se que “não eram somente dois os grupos na luta, eram, pelo menos, três, independentistas, realistas e, também, autonomistas liberais gaditanos” (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 22. Tradução nossa).

A terceira e última fase aqui apontada, pode ser compreendida a partir da virada dos anos 1980 para os anos 1990, chegando aos dias atuais. O fim da Guerra Fria e das ditaduras na América, bem como o princípio de redemocratização presente na maioria dos Estados Nacionais americanos, afetou várias estruturas presentes na sociedade, assim como a visão dos pesquisadores das ciências sociais e humanas e a produção historiográfica. Para Manuel Chust e Ivana Frasset, esse período foi o responsável pelo resgate da história política na historiografia ibero-americanista, se fazendo notória a preocupação dos pesquisadores em resgatar os processos políticos dos movimentos de independência, como os processos eleitorais, parlamentares e constitucionais (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 24). Além disso, conforme aponta a historiadora Liz Andréa Dalfré,

A ampliação e o alcance de novos campos historiográficos como a História Cultural, a história de Gênero, entre diversas outras perspectivas metodológicas, trouxeram novas possibilidades de análise do tema. As perspectivas de análise problematizam os diversos grupos sociais envolvidos de forma direta e indireta no processo de independência (crioulos, escravos, indígenas, mulheres, clero, etc.), as origens ideológicas desses movimentos e seu caráter de continuidade ou ruptura; o papel da Constituição espanhola de Cádiz como inspiradora desses processos; como a sociedade americana teria vivenciado a experiência da mutação da tradição à modernidade; a como parte dos processos revolucionários liberais do ocidente como um todo. (DALFRÉ, 2011, p. 4)

A partir dessa rápida descrição da trajetória historiográfica da pesquisa ibero-americanista, fica evidente uma evolução teórico-metodológica das análises situadas sobre o período aqui estudado. Podemos, portanto, tentar aplicar a tese defendida por Ankersmit sobre a verdade representativa. Como visto anteriormente, em sua argumentação, o autor aponta para a existência de uma verdade histórica que se constrói a partir de aspectos do mundo, manifestados através da representação da realidade. Em todos os momentos históricos apresentados, consegue-se constatar, em comum, a verdade apresentada a nós pelo próprio período. Entretanto, conforme salientado anteriormente, talvez por motivos de distanciamento dos pesquisadores e de seu objeto, as representações dessa verdade se apresentam ao leitor, por meio dos pontos de vista empregados pelo autor, não compreendendo a sua totalidade, mas parte dela. Nesse caso, constatamos também as ideias de Koselleck e Rüsen, ao percebermos que a verdade provém da aplicação de sentido ao passado representado e apresentado por meio das diversas construções textuais.

Assim, portanto, como pudemos ver, as mudanças teórico-metodológicas, evidentes ao longo da história da historiografia ibero-americanista sobre o período revolucionário, acompanham as mudanças na relação do homem com o mundo, própria de suas gerações e dos problemas e necessidades aos quais ela foi apresentada.

É interessante a observação com relação também à abrangência espaço temporal dessas análises, inicialmente individuais e nacionalistas, passam por momentos de ampliação para o estudo das estruturas no período marxista e, depois, novamente por uma redução temporal/espacial, conforme vão surgindo novas abordagens mais voltadas para grupos específicos. Nesse sentido, Chust e Frasset apontam para o fato de que a produção historiográfica desse período histórico pode ser vista “desde o plano de tempo longo, médio, ou curto, desde as explicações exógenas, endógenas ou intraendógenas e, inclusive, interendógenas.” (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 26. Tradução nossa). Para Manuel Chust, portanto, cada um desses planos possui uma especificidade de trabalho.

Planos de longa duração, tem por objetivo uma análise mais macro-histórica do período, situando os processos de independência dentro do contexto universal da época, “de luta por mercados, matérias-primas, prestígio, rendas e onde o desmoronamento das monarquias absolutas deixou aberta a confrontação com o novo regime” (CHUST, 2008, p. 46), é possível afirmar que planos nesse sentido podem contemplar uma análise mais exógena da história. Enquanto isso, os planos de média duração, situados entre trinta e quarenta anos de espacialidade, atuam como um processo de análise interendógena,

Todas essas mudanças, inclusive em relação aos planos temporais-espaciais das abordagens, também podem ser aplicadas à teoria exposta por Ankersmit. Se considerada a definição da origem dos significados e da sobreposição destes significados, proposta por Saussure e adaptada por Ankersmit, compreendemos que as mudanças dos trabalhos da área ibero-americanista, são provenientes, não só do sentido aplicado à vida humana, mas também da constante ressignificação dos textos, e do debate historiográfico. É difícil dizer, porém, qual dos dois possui maior relevância para a produção histórica.

Considerações finais

Iniciamos essa breve discussão elencando as seguintes questões: o que é o passado? O que é o presente? É possível afirmar que o passado permanece no passado? É possível dizer que o presente influencia, ou mesmo determina, a visão sobre o estudo do passado? E qual é o nosso papel, enquanto historiadores, na construção da cientificidade desse passado? Nada mais justo que terminemos respondendo a elas.

Mesmo estando implicitamente colocadas, as duas primeiras questões perpassam a discussão proposta por José Carlos Reis, quando o mesmo se refere à história da historiografia. Segundo Reis,

talvez, se possa afirmar, observando a operação histórica concreta dos historiadores, que a história é o conhecimento “cientificamente conduzido” do passado humano, isto é, problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado. Ela procura realizar um diálogo entre os homens vivos do presente e os homens vivos do passado, de forma racionalmente conduzida. (REIS, 2010, p. 22-23)

Para nós, portanto, a partir dessa colocação, passado e presente são tempos contemporâneos, distantes um do outro. Considerando, pois a crítica levantada pelo pirronismo e apontada por Reis em seu trabalho (REIS, 2010, p. 13)¹³, entendemos que

o ser do passado e o ser do presente assemelham-se em sua ignorância: são incapazes de voltar no tempo ou avançá-lo, estando presos a um eterno presente que só pode ser compreendido a partir do momento em que lhe é atribuído sentido. Tal constatação nos leva direto às duas próximas perguntas.

Voltemos, então, a Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen e suas condições de existência da teoria da história. Conforme aponta Koselleck em outro momento de seu texto, “A história em si mesma, se estamos dispostos a aceitar esse termo carregado de ideologia, é irracional – racional é, no máximo, a sua análise” (KOSELLECK, 2014, p. 105), ou seja, o passado enquanto passado não carrega sentido, mas este lhe é atribuído a partir da compreensão que o ser possui sobre si e sobre o mundo. Nesse sentido, compreendemos que o que passou só permanece no passado enquanto não é acessado ou assimilado como explicação de algo relacionado ao presente. Da mesma forma, é possível dizer que o presente influencia os estudos do passado, na medida em que estes existem para suprir necessidades e dúvidas do historiador, durante sua compreensão da vida e sua busca por sentido.

Para a quinta e última pergunta, deixaremos uma citação de José Carlos Reis como resposta:

o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história, inclusive a própria historiografia. Tudo é historiografia, inclusive o “todo” e o “nada”! Na medida em que “tudo” está no tempo e existe para os homens em linguagem humana, cada coisa só possui inteligibilidade através da reconstrução e descrição de sua trajetória. [...] E talvez seja isso que Certeau quis dizer com “a história é antípoda da ciência e da ficção”: ela as inclui e supera. [...] Para Michel de Certeau, a função social da representação histórica é “reparar as rupturas entre o passado e o presente, assegurar um sentido que supere violências e divisões do tempo, criar referências e valores comuns que garantam ao grupo uma unidade e uma comunicabilidade simbólica. A história é o trabalho dos vivos para acalmar os mortos. [...] Ela é uma técnica particular entre várias que têm o mesmo objetivo: produzir narrativas que explicam o que se passa, superando as rupturas com uma linguagem de sentido. [...] A história fabrica o real, diz o que é preciso dizer, crer e fazer. Pretendendo dizer o real, ela o fabrica. Ela torna crível o que ela diz. E faz agir. Essas narrativas fabricadas produzem a história efetiva. [...] Para Febvre, a função social da história é “organizar o passado em função do presente. Ela é construtora de sentidos que permitem à sociedade funcionar. Ela centraliza a cultura, organizando o espaço da experiência, para abrir, tornar perceptíveis, visíveis e possíveis os horizontes de expectativa de cada presente. (REIS, 2010, p. 27-28)

Assim, portanto e para finalizar, compreendemos que o papel do historiador para com a cientificidade da história, está em atribuir sentido àquilo que passou, tornando

possível o acesso a este passado, através de sua busca por respostas. Se na história não existe uma verdade absoluta, não significa que inexista verdade. A verdade representativa, proposta por Ankersmit, portanto, é o modo como o mundo e o passado se apresentam ao historiador, através de seus fragmentos, aliada às escolhas interpretativas e narrativas, realizadas por aquele que a olha. Entretanto, como visto até aqui, a verdade histórica é fluida e está em constante ressignificação ao longo do tempo. Nesse sentido, o papel do historiador para com a cientificidade da História consiste nesse eterno debate de propostas de verdade e ressignificados do passado.

Referências

ANKERSMIT, Frank. Meaning. In: ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012. p. 126-156.

_____. Truth. In: ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012. p. 102-125.

BEZERRA, Helga Maria Saboia. A constituição de Cádiz de 1812. *Revista Anos 50*, n. 198. Abr./Jun., p. 89 – 112, 2013.

BREÑA, Roberto. La España peninsular y la Nueva España ante los acontecimientos de 1808 (El liberalismo gaditano y la insurgencia novohispana en una era revolucionaria). *Revista Historia Mexicana*, v. 66, n. 1, p. 161 – 208, Jul./Sep., 2016.

CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências ibero-americanas. *Revista de História*. n. 159. p. 243 – 262. São Paulo. 2008.

CHUST, Manuel; FRASQUET, Ivana (Eds.). *La Patria no se hizo sola: Las Revoluciones de Independencia iberoamericanas*. Madrid: Elece, Industria Gráfica S. I. 2012.

CHUST, Manuel y SERRANO, José Antonio (Eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid; Frankfurt: AHILA/Iberoamericana/Vervuert, 2007.

DALFRÉ, Liz Andréa. Algumas reflexões sobre a Independência da América: uma comparação entre Francisco Adolfo Varnhagen e Domingos Faustino Sarmiento. In: XXVI Simpósio Nacional de História. 26, 2011. ANPUH. *Anais*. São Paulo, julho, 2011.

DONGHI, Tulio Halperin. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750 – 1850)*. Madrid, Alianza Editorial S.A. 1985.

_____. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

FRASQUET, Ivana. *Las caras del águila: del liberalismo gaditano a la república federal mexicana, 1820-1824*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola. *Revista Estudos Históricos*. v. 10, n. 20, p. 275-294, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da história e hermenêutica. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 91-109.

MÄDER, Elisa Noronha de Sá. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*, n. 159, 2º semestre, p. 225-241, 2008.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

PIMENTA, João Paulo G. Com os olhos na América espanhola: a independência do Brasil (1808 – 1822). *Cadernos do CHDD*. Brasília, DF. v. 4. n. Especial. p. 03 – 22. 2005.

_____. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 – 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

REIS, José Carlos. História e verdade: posições. *Revista Síntese*. v. 27. n. 89. p. 321-348. Belo Horizonte, 2000.

_____. O desafio historiográfico. In: REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. p. 11-28.

RÜSEN, Jörn. Aproximações do todo II: a abertura do campo da experiência. In: RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 117-130.

TORRES, Rosa María de la Torre. El pensamiento liberal gaditano y el primer constitucionalismo mexicano. In: FERNÁNDEZ, José Luis; SÁNCHEZ, Eduardo Alejandro López. *La constitución de Cádiz de 1812 y su impacto en el Occidente novohispano*. México: Universidad Autónoma de México, 2015. p. 423 – 445.

¹ Em seu texto, Ankersmit discute as teorias elaboradas por Gottlob Frege, Mark Bevir, Quentin Skinner, Hayden White e Ferdinand de Saussure.

² One could say, though, that each historical text on the Renaissance is an attempt – or rather, a proposal – to fix the reference of the word. But then some other historian will write another text on the Renaissance with a different proposal for fixing the reference. It is an illusion that sometime a historian would write a text on the Renaissance fixing the reference of that word acceptable to all contemporary and future historians. It would mean the end of the debate on the Renaissance; and as everyone acquainted with the practice of historical writing will know, such debates never end and are not meant to be ended. So one may then ask oneself, if no historians will ever succeed in fixing the reference of the word "Renaissance," what makes them continue a hopeless debate that is condemned beforehand to remain inconclusive forever? The answer to that question can be found in the last sentence of the passage from Saussure

quoted above – namely, that it enriches our understanding of the past and that this is why historians propose notions such as the Renaissance and go on discussing them *ad infinitum* and why this is a most rational and valuable enterprise.

³ “In the case of propositional truth we have an object in the world and may then inquire into its properties. And any answer the world will give to our question will depend on the nature of that question. The subject's question is answered in the same brainless manner in which an automatic teller machine counts out to you the amount of money that you had asked for. [...] But what the world reveals of itself in terms of presenteds or aspects cannot be fitted within the framework of this question-and-answer model. A representation is not a question, and its presented is not the answer to a question: we need the former only to make the past *appear* to us in terms of an aspect of it.”

⁴ Heidegger entende que a verdade, enquanto afirmação, deve ser entendida como revelação do próprio Ser em si. Sendo assim, a verdade “não tem, no mínimo, a estrutura de uma correspondência entre conhecimento e um objeto, no sentido de se tornar idêntico de um ser (sujeito) com outro (objeto).” (KOSELLECK, 2014, p. 08).

⁵ “[...] the light of historical narrative truth is produced by carefully constructed and intensively discussed historical representations of the past. The myth of Romantic genius is replaced here by the rationality of historical debate. And though we may well be fascinated by how the historian continues the tradition of poetic genius, we have even more and better reasons for being fascinated by these reflections cast back to us by the past thanks to the light that is shed on the represented by the historian's representations.”

⁶ Para Ankersmit, Quine entende que “a teoria ou a linguagem tem uma certa autonomia ou inércia no que diz respeito às evidências empíricas ou ao mundo”. Tal compreensão, no entanto, segundo aponta o autor, teria gerado uma certa confusão em meio aos pesquisadores das humanidades propiciando o que ele entende como extravagâncias desconstrutivistas e celebrações da retórica.

⁷ O autor entende que existem dois eixos relacionados ao texto histórico. O eixo horizontal da linguagem, do significado e da interpretação e o eixo vertical da verdade e da relação entre a linguagem e o mundo, totalmente distinto de seu anterior.

⁸ “Truth as revelation situates truth in the past itself—more specifically, in an *aspect* of the past that is highlighted by a representation. Not only is this how the bridge is built between language and the world in agreement with all time – honored empiricist intuitions – preventing historical representation from getting lost in idle speculation—but it also implies that it is the historian's assignment to discover what aspects of the past will be more conducive than others to our understanding of the past. And this assignment is as much in agreement with all our intuitions about historical writing as it is workable.”

⁹ Podemos visualizar melhor essa relação no terceiro capítulo da obra *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 – 1828)*, do historiador João Paulo Garrido Pimenta; no segundo, terceiro e quarto capítulos da obra *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*, do historiador Fernando Novais; e no primeiro capítulo da obra *Reforma y desolución de los impérios ibéricos (1750 – 1850)*, do historiador Tulio Halperin Donghi.

¹⁰ Medidas como a tentativa de reaproximação das coroas, criação e aplicação de impostos sobre as colônias e acontecimentos como a expansão francesa sobre a península ibérica, a deposição e substituição de Fernando VII por José Bonaparte, através das abdições de Bayonna, foram alguns dos fatores que influenciaram os processos de busca pela independência.

¹¹ “Así, del consenso se pasó al disenso, de la unidad a la diversidad. Y en este punto se acabó matizando la historia nacional por los estudios regionales que enriquecieron el proceso. Y lo no coincidente con la centralidad no fue ocluido o descartado sino que al incorporarlo complejizó la explicación unicausal y alumbró determinados comportamientos políticos de otras fracciones del criollismo, de comunidades indias, mestizas o negras. Así, la diversidad regional contribuyó irremediabilmente a dotar las historias y los temas históricos de una complejidad étnica y racial más propia de América.”

¹² Liberalismo gaditano, ou Liberalismo espanhol, é o nome dado aos movimentos políticos de grupos espanhóis que visavam a liberdade do jugo francês, quando da invasão napoleônica e da deposição da Coroa hispânica. Esses movimentos iniciaram logo após a invasão, mediante a declaração de guerra pela independência, em 1808, e a conformação das Cortes de Cádiz, e se estenderam até 1814, quando da derrota de Napoleão e da restauração do trono à família Bourbon, representada por Fernando VII. O principal produto dessa fase foi a criação da *Constitución de 1812*, ou Constituição de Cádiz. (BEZERRA, 2013; BREÑA, 2016; CHUST, 2008; FRASQUET, 2008; TORRES, 2015).

¹³ “O passado é uma abstração, *não é mais*, e ninguém jamais saberá como teria sido. E mesmo se o historiador pudesse retornar ao passado, isso o tornaria um conhecedor eficiente? Ele se tornaria apenas mais um contemporâneo, envolvido pelo seu objeto, e saberia tanto daquela época como alguém que a viveu, isto é, muito pouco;”

Artigo recebido em 27 de janeiro de 2021.
Aceito para publicação em 01 de maio de 2021.